

Conselho SOBREVIVE

LARISSA MEIRA

DA EQUIPE DO CORREIO

O Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb) respira. A proposta que retira poderes do órgão responsável pela fiscalização do tombamento da cidade não conseguiu votos suficientes entre a bancada governista na Câmara Legislativa. A repercussão negativa e a falta de um consenso entre os deputados distritais esvaziou a proposta de Leonardo Prudente (PMDB). E os parlamentares desistiram de votar o projeto de lei em segundo turno.

Na mesma sessão, os deputados distritais aprovaram uma proposta que cria uma comissão responsável para avaliar as funções do Conpresb, criado em 2003 pelo governador Joaquim Roriz. A partir de agosto, os deputados Eurides Brito (PMDB), Arlete Sampaio (PT), Eliana Pedrosa (PFL), Júnior Brunelli (PP) e Peniel Pacheco (PSB) terão 60 dias para analisar as atribuições, decisões e o regimento do conselho.

O recuo dos distritais começou na tarde de segunda-feira, quando o projeto de lei estava previsto para votação em segundo turno. A bancada dos três distritais pefelistas, antes favorável à extinção do conselho, mudou de posição após reunião com o presidente regional do partido, Paulo Octávio, e representantes do Conpresb. O bloco apresentou emendas ao projeto, assim como Peniel Pacheco (PSB) e Eurides Brito, que votaram favorável à proposta em primeiro turno. Sem os votos suficiente da base, Prudente pediu a retirada do projeto de lei. As emendas seriam discutidas em reunião da bancada ontem de manhã.

A base governista, entretanto, não conseguiu chegar a um consenso pela manhã. Sem acordo, os líderes estavam dispostos a deixar a discussão para o plenário. Havia dois caminhos: votavam-se as emendas ou o substitutivo de Leonardo Prudente, que transforma o Conpresb em órgão meramente consultivo.

As 15h30, a deputada Eurides Brito protocolou o requerimento para retirar o projeto de pauta. O documento já contava com oito assinaturas. Ela defendeu também a criação de uma comissão multipartidária que avalie as competências do Conpresb. A proposta já era apoiada até pelo autor do projeto. "Acho que é mais viável deixar para o segundo semestre. Precisamos de tempo para mostrar a proposta à sociedade. Desse jeito, parece que somos contra o tombamento", ponderou Prudente.

Deputados distritais da base governista retiram da pauta de votação projeto que extingue órgão de controle do tombamento da capital

Wanderlei Pozzembom



O DEPUTADO PENIEL PACHECO (PSB) TEM RESTRIÇÕES CONTRA O CONSELHO. SEU COLEGA PEDRO PASSOS (PMDB) É MAIS RADICAL: VOTA PELO FIM DO ÓRGÃO

O CONPRESB EM DISCUSSÃO

Há uma semana, o plenário da Câmara Legislativa aprovou o projeto de lei que extingue o Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb). De autoria do deputado Leonardo Prudente (PMDB), a proposta foi criticada por especialistas em tombamento, pela bancada do DF no Congresso Nacional e até pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil.

A extinção

● O projeto de lei de autoria do deputado Leonardo Prudente (PMDB) que propõe a extinção do Conpresb foi aprovado em primeiro turno no dia 22, com 13 votos favoráveis da bancada governista. A oposição se posicionou contra, com sete votos. Os deputados Gim Argello (PMDB), Carlos Xavier (PMDB), Zé Edmar (PMDB) e Peniel Pacheco (PSB) estavam ausentes. A votação em segundo turno estava marcada para o dia seguinte.

O recuo

● Não houve votação em

segundo turno do projeto de Leonardo Prudente. Com a má repercussão, o distrital apresentou um substitutivo para o projeto de sua autoria, no dia 23. O Conpresb deixaria de ser deliberativo e passaria a ser consultivo, sem maiores poderes além de consultoria técnica. O projeto também recebeu quatro propostas de modificação de outros deputados.

Novas propostas

● O projeto para a extinção do conselho foi retirado da pauta por 90 dias, ontem. A deputada Eurides Brito (PMDB)

apresentou requerimento pedindo a criação de uma comissão especial, para discutir a atuação, os objetivos e os conflitos do Conpresb. Formada por cinco parlamentares, a comissão terá 60 dias para avaliar o regimento do órgão. Pelo regimento, ela só poderá começar os trabalhos em agosto. Já o deputado Pedro Passos (PMDB) protocolou projeto de lei que pede o fim da remuneração dos conselheiros e determina que as decisões do órgão passem pela Câmara Legislativa, por meio de audiência pública.

A oposição

● Os deputados petistas, Chico Leite (sem partido) e Gim Argello (PMDB) não abrem mão das atuais atribuições do Conpresb. Entre os distritais de oposição, apenas o deputado Peniel Pacheco (PSB) questionou se não há competências conflitantes entre o que decide o conselho e o que decide a Câmara. Ele defende que a escolha dos membros do Conpresb seja aprovada pela Câmara Legislativa e que os distritais formem uma comissão permanente para fiscalizar a preservação de Brasília.

Derrota em plenário

Com receio de sofrer uma derrota em plenário, a bancada governista inclinou-se para o requerimento que criava a comissão para avaliar o papel do Conpresb. Sem os votos dos petistas, pefelistas, deputados do bloco independente, além de Eurides e Gim Argello (PMDB), o projeto seria derrubado por 12 votos contra 11. "De manhã, achávamos que seria possível debater as emendas, mas por causa de toda essa polêmica, resolvemos retirar a questão de pauta", justificou a líder do governo na Câmara, Anilcéia Machado (PMDB). "Reconhecemos que a base está dividida. Não dá pra votar desse jeito", admitiu o líder do PMDB, Odilon Aires. Às 17h, o requerimento estava com 17 assinaturas.

Em solenidade em Luziânia, o governador Joaquim Roriz afirmou que se aprovado, o projeto seria vetado pelo Executivo (leia matéria na página 24). A orientação do Palácio do Buriti não chegou, porém, à base aliada. "Só ficamos sabendo da posição do governador pela imprensa. Ele não chegou a determinar nada à bancada", revelou o presidente da Câmara, Benício Tavares (PMDB). "Ele tem o poder de vetar, mas se a Casa julgasse a proposta necessária e correta, também teria o poder de promulgar", completou Eurides Brito.

Bom senso

O governador nem precisou enquadrar a bancada. Às 17h30, Leonardo Prudente pediu à presidência que retirasse o projeto da pauta. O discurso, em reconhecimento à importância do conselho, foi aplaudido pela oposição. "Ainda bem que o bom senso prevaleceu. Agora poderemos discutir o papel do conselho com calma e, se verificarmos alguma necessidade de alteração no regimento, faremos outro projeto", explicou a líder do PT, Arlete Sampaio, indicada pelo partido para integrar a comissão.

O requerimento foi aprovado no início da noite, por unanimidade, com 15 votos. O distrital Pedro Passos (PMDB) votou favorável, mas apresentou projeto de lei para retirar a remuneração dos conselheiros e determinar que as decisões do órgão sejam analisadas pela Câmara, por meio de audiência pública, e transformadas em decreto legislativo. A nova proposta foi protocolada e será analisada pela comissão. "É a saída. Do jeito que está, o conselho interfere no papel da Câmara. E nenhum outro conselho tem remuneração própria. É injusto eles ganharem R\$ 2 mil para se reunir uma vez por mês", criticou Passos.